

## **AÇÕES DO CENTRO DE CONTROLE DE ZONOSSES: UMA VISÃO INTEGRADA COM A ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE**

João Pedro Arruda De Oliveira<sup>1</sup>  
Pedro Henrique De Paula Godói Da Silva<sup>1</sup>  
Rafael Martins Guiné<sup>1</sup>  
Thiago Bruno Castaldeli Alves De Barros<sup>1</sup>  
Wyser Barros Auerswald<sup>1</sup>  
Lívia Manhani Grisante de Azevedo<sup>2</sup>

Desde o início do século passado, unidades responsáveis pela execução das atividades de controle de zoonoses vêm sendo estruturadas no Brasil, a partir da criação dos primeiros canis públicos construídos nas principais capitais. As atividades dessas unidades foram gradativamente ampliadas, a partir do início da década de 1970, com a criação dos primeiros Centros de Controle de Zoonoses (CCZ), que tinham suas ações voltadas para o recolhimento, a vacinação e a eutanásia de cães, com vistas ao controle da raiva.<sup>1</sup>

Com o decorrer dos anos, outros programas de saúde pública foram sendo incorporados à rotina operacional dessas unidades, como entomologia, controle de roedores, de animais peçonhentos e de vetores, sendo este último favorecido pela descentralização das atividades de controle de endemias, até então trabalhadas principalmente pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa).<sup>1</sup>

A partir da década de 1990, o Ministério da Saúde (MS) sistematizou a aplicação dos recursos para apoiar os municípios na implantação e na implementação de unidades de zoonoses integradas ao Sistema Único de Saúde (SUS). Essas unidades estão localizadas principalmente em capitais, regiões metropolitanas, municípios sedes de regionais de saúde, municípios de fronteira e em alguns municípios mais populosos, sendo denominadas de Unidades de Vigilância de Zoonoses (UVZ).<sup>2</sup>

Ainda em 2014, foram publicadas normas técnicas relativas às ações e serviços públicos de saúde voltados para a vigilância de zoonoses com o intuito de fortalecer e aperfeiçoar as atividades de vigilância, de prevenção e de controle de zoonoses e de

---

<sup>1</sup> Discente do Centro Universitário de Várzea Grande – UNIVAG

<sup>2</sup> Docente do Centro Universitário de Várzea Grande – UNIVAG

acidentes causados por animais peçonhentos e venenosos, de relevância para a saúde pública, executadas não só pelas UVZ, mas também, pela área de vigilância de zoonoses dos municípios.<sup>3</sup>

A execução das ações, das atividades e das estratégias de vigilância, prevenção e controle de zoonoses de relevância para a saúde pública, além de raiva e leishmanioses, estende-se para outras doenças de transmissão vetorial. Assim, tais doenças subdividem-se em três grupos, sendo: zoonoses monitoradas por programas nacionais de vigilância e controle do Ministério da Saúde (MS), zoonoses de relevância regional ou local e zoonoses emergentes ou reemergentes.<sup>1</sup>

Para qualquer grupo de zoonoses, as ações, as atividades e as estratégias de vigilância, prevenção e controle de zoonoses executadas pela área de vigilância de zoonoses se pautam em atuar e intervir, direta ou indiretamente, sobre as populações de animais alvo, de modo a refletir em benefício direto (quanto à redução ou eliminação, quando possível, do risco iminente de transmissão de zoonose) à saúde da população humana.<sup>1</sup>

Assim, toda ação, atividade e estratégia de vigilância, prevenção e controle de zoonoses de relevância para a saúde pública, desenvolvidas e executadas pela área de vigilância de zoonoses, devem ser precedidas por levantamento do contexto de impacto na saúde pública, por meio de avaliação da magnitude, da transcendência, do potencial de disseminação, da gravidade, da severidade e da vulnerabilidade referentes ao processo epidemiológico de instalação, transmissão e manutenção de zoonoses, considerando a população exposta, a espécie animal envolvida, a área afetada (alvo), em tempo determinado.<sup>1</sup>

A experiência dos acadêmicos de medicina deste estudo ocorreu durante o primeiro semestre do ano letivo de 2024, onde desenvolviam práticas em uma unidade de saúde da família (USF) em Várzea Grande no componente curricular, Programa Extensionista Integrador (PEI) do curso de medicina do Centro Universitário (UNIVAG), utilizando a metodologia da problematização.

Entre as atividades do projeto de extensão destaca-se a realização da territorialização que permitiu aos acadêmicos de medicina observar a realidade da comunidade, na qual foram observados diversos problemas sociais, como exemplo, as precárias condições que os animais se encontram, além da ínfima qualidade de saneamento básico. Sob essa óptica, esses bichos também são igualmente afetados, visto

que a alta presença desses nas ruas favorece e aumenta o contato entre outros e com os residentes da comunidade, aumentando o perigo de transmissão de doenças.

Também permitiu que os acadêmicos pudessem aprimorar as habilidades de comunicação, uma vez que, apresentaram capacidade de transmitir ideias, pensamentos e informações de forma clara e eficaz a outras pessoas, bem como de ouvir e compreender as mensagens recebidas de alguns moradores.

Analisar essa situação na qual a comunidade possui vários animais soltos nas ruas e abandonados foi importante para compreender o papel do médico na atenção primária, e a importância da discussão de projetos pela equipe, sendo um fator relevante de ser evidenciado, uma vez que permite que ocorra um planejamento direcionado as necessidades de saúde da população.

A partir do reconhecimento desse problema e após aplicar a metodologia da problematização, na etapa de aplicação da realidade foi realizado uma educação em saúde ao grupo de aproximadamente quarenta pessoas do hiperdia da equipe quatro, composto por moradores, Agentes Comunitários de Saúde (ACS), médico e técnico de enfermagem, o qual foi muito empolgante para os acadêmicos de medicina, além disso, os alunos preparam uma cartilha com orientações e explicações que foram entregues aos participantes.

Os alunos de medicina da primeira etapa acreditam que a experiência foi de grande relevância para o crescimento tanto acadêmico, quanto pessoal. A partir da territorialização percebe-se a necessidade de um atendimento individualizado e humanizado na atenção primária, visto que ao adentrar no cotidiano dos pacientes é possível entender a realidade de cada família e os determinantes sociais e limitantes que condicionam doenças e agravos à saúde.

Notou-se ainda que a equipe de saúde da família e a população ficaram satisfeitos com o resultado do projeto, elogiando a atividade educativa e a cartilha. A equipe tinha como objetivo fomentar a conscientização da população local acerca das zoonoses de maior prevalência no país, incluindo: o que são, como identificar suas principais formas de manifestação e como agir corretamente em casos de suspeita, bem como sobre o modo de operação do Centro de Controle de Zoonoses (CCZ).

Ressalta-se ainda que, os alunos conseguiram colocar em prática o conteúdo apreendido nas aulas teóricas do Programa Extensionista Integrador (PEI) sobre a importância da prevenção, da territorialização e interdisciplinaridade, além de se

sentirem felizes por poder impactar de forma positiva na vida dessas pessoas que participaram da educação em saúde.

Portanto, para os discentes a bagagem adquirida através do PEI, será aproveitada em todas as etapas da carreira médica e contribuirá para a moldagem de um profissional qualificado e humano, priorizando o indivíduo em sua totalidade e não só suas patologias.

Sugere-se, que outras atividades de educação em saúde sejam realizadas na área de abrangência da atenção primária, associando as atividades do CCZ e ampliando os espaços de informação.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Ministério da Saúde (BR). Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. Manual de vigilância, prevenção e controle de zoonoses: normas técnicas e operacionais Brasília: Ministério da Saúde; 2016.
2. Brasil. Portaria nº 1.138, de 23 de maio de 2014. Define as ações e os serviços de saúde voltados para vigilância, prevenção e controle de zoonoses e de acidentes causados por animais peçonhentos e venenosos, de relevância para a saúde pública. Ministério da Saúde; 2014.
3. Brasil. Portaria nº 758, de 26 de Agosto de 2014. Inclui subtipo na Tabela de Tipos de Estabelecimentos de Saúde do SCNES. Ministério da Saúde; 2014.